

PROGRAMA LUZ PARA TODOS: vivências e contatos culturais entre o tradicional e o moderno na Amazônia ¹

d.o.i. 10.13115/2236-1499.2013v1n10p48

Marcelo Gomes de Almeida²
Adjair Alves³

RESUMO:

Esse artigo tem como objetivo fazer um breve estudo, sobre potenciais transformações nos meios de vida rural de populações tradicionais e as possíveis mudanças socioculturais e econômicas que a chegada da energia elétrica, motivadas por políticas públicas de modernização rural realizadas com os diferentes coletivos, como Programa Luz para Todos do Governo Federal. Com chegada da energia elétrica, tenta-se colocar o campo no mesmo “tempo histórico” que a cidade, tirando essas populações do relativo “atraso”. A partir do acesso aos novos meios de comunicação como a TV se constrói uma ponte com a chamada Pós-modernidade. E, isso terá um impacto no imaginário dessas pessoas. O campo se reconstrói e nele se configura novas formas de relações interpessoais das famílias.

1 O presente trabalho é originário de pesquisa realizada por Marcelo Gomes de Almeida e integra as ações de pesquisa desenvolvidas no decurso do seu processo de formação em curso de Mestrado em Antropologia (PPGA/UFPA).

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – (PPGA/UFPA).

3 Doutor e Mestre em Antropologia pela UFPE, Graduado em Filosofia, professor Adjunto da Universidade de Pernambuco e coordenador do grupo de pesquisa ARGILEA, registrado no CNPq. Colaborou no processo de revisão e organização do trabalho que integra as ações relacionadas ao projeto Ecologia Política e Desenvolvimento Sustentável: a perspectiva dos movimentos sociais e da educação do campo. (Projeto vinculado ao grupo de pesquisa registrado na UPE - EduCON - Educação e Contemporaneidade – Linha de Pesquisa: Linguagens, Culturas e Meio-ambiente.).

Palavras-Chave: Eletrificação Rural. Modernidade. Populações Tradicionais.

ABSTRAT:

This article aims to make a brief study about the potential transformation in the rural livelihoods of traditional populations life and, the possible economics and sociocultural changes that the arrive of electric power, motivated by public politics of rural modernization performed with different groups, by the Program Light for Everyone, from the Federal Government. With the arrive of electric power, the objective is try to put the country side in the same “historic time” of the city, taking off those populations from a relative “delay”. By the access to the new medias, as TV, it is constructed a new bridge with the post modernity. And this will have an impact on the peoples imaginary. The field reconstructs itself and at it, new ways of interpersnoal family relations are configured.

KEYWORDS: Rural Electrification. Modernity. Traditional Populations.

Introdução

A Amazônia, desde a sua “colonização” pelos os europeus, e os vários viajantes que aqui vieram, sempre nutriram uma ideia de lugar atrasado, primitivo ou exótico. Desde então, a região vem passando por um processo “civilizacional” e de modernização (e por que não também de aculturação) ao qual, em sua maioria não levam em conta as características do local e nem o da população, apenas os recursos naturais que podem ser

retirados e gerar lucros. Segundo Pars Ugarte (2003:3), essas terras recém-descobertas tornaram-se uma grande “margem do mundo”. Eles não só revelaram a si mesmo essas “margens” – limites – do mundo, mas também, e principalmente, transformaram tais “margens” em periferia – cultural, econômica e política – de seu universo social.

A antropologia é um campo de conhecimento que ocupa-se de seres humanos como produtos de vida em sociedade. Fixa a sua atenção nas características físicas e nas técnicas industriais, nas convenções e valores que distinguem uma comunidade de todas as outras que pertencem uma tradição diferente. (Ruth BENEDICT, 1932:13)

João Daniel preocupava-se em ver os índios em suas características. Via os índios da Amazônia como selvagens e, algumas vezes os comparava com os animais (João DANIEL, 2004). Segundo Almeida, as imagens e representações dos índios do Brasil colonial criadas pelos europeus tornaram-se algo mais do que simples construções irreais, frutos das visões etnocêntricas e preconceituosas típicas do universalismo cristão do século XVI (Maria Regina Celestino de ALMEIDA, 1998). Essa ideia etnocêntrica e preconceituosa em relação ao outro e com as sociedades tradicionais perdurou ainda no início da antropologia. Ao qual estudavam as sociedades primitivas como se fossem um estagio para a civilização. A evolução da sociedade humana é uma continuação natural e inevitável do desenvolvimento orgânico (EVANS-PRITCHARD, 1978:88). Hoje já não se usa o termo primitivo, usamos sociedades tradicionais e, essas sociedades tradicionais veem como em outro processo histórico, pela antropologia. Porém, o senso comum ainda vê como atrasadas, aonde a modernidade não chegou e por isso devem ser inseridas nesse novo contexto.

O que se pode observar das comunidades tradicionais é que, essas comunidades vivem, em sua maioria, em uma racionalidade e vivências diferentes dos da cidade e com outros interesses, menos recursos tecnológicos e acesso a informação. O

que cumpre ao etnógrafo é nunca perder de vista “apreender o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida, e perceber a visão que ele tem do seu mundo” (Adam KUPER, 1978:28).

O Governo Federal com o Programa Luz para Todos busca tirar essas famílias do “atraso” e da “escuridão” se fundamentando mais num estagio inferior e, que tem que trazerem essas populações para o mesmo tempo histórico das cidades e, de dar a elas as mesmas condições de moradia, trabalho e a informação, ou seja, o governo confessa a sua falta de assistência com essas populações e está se atentando a sua obrigação e responsabilidade com essas famílias.

Cabe ao antropólogo, verificar os possíveis impactos e transformações que podem ocorrer nessas comunidades com essa política de modernização através do programa Luz para Todos. Pois, segundo Clifford GEERTZ (1983), a antropologia sempre teve um sentido aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo.

No nosso mundo moderno, onde a maior parte das coisas distantes, passadas ou esotéricas, sobre as quais alguém descobriu alguma coisa, são logo descritas, e onde vivemos imersos em “metacomentários” (GEERTZ, 1983:18), nossa consciência está sempre sendo moldada, em doses iguais, pela a impressão que outros – em qualquer outra parte do mundo – têm das coisas, e pela a maneira como essas coisas se apresentam aqui e agora, onde estamos. A instabilidade que tudo isso introduz em nossas vidas morais explica, a meu ver, grande parte dessa sensação que nos persegue de estar acreditando em coisas de mais ao mesmo tempo (*Idem*, p 18). Ainda segundo esse antropólogo, o estudo interpretativo da cultura representa um esforço para aceitar a diversidade entre as várias maneiras que seres humanos têm de construir suas vidas no processo de vivê-las (*Idem*, p 29).

Segundo Geertz (1983:30):

Ver-nos como os outros nos veem pode ser bastante esclarecedor. Acreditar que os outros possuem a mesma natureza que possuímos é o mínimo que se espera de uma pessoa decente. A largueza de espírito, no entanto, sem a qual a objetividade é nada mais que a autocongratulação, e a tolerância apenas hipocrisia, surge através de uma conquista muito mais difícil: a de ver-nos, entre os outros, como apenas mais um exemplo da forma que a vida humana adotou em um determinado lugar, um caso entre casos, um mundo entre mundos. Se a antropologia interpretativa tem alguma função geral no mundo, é a de constantemente re-ensinar esta verdade fugaz (GEERTZ, 1983:30).

Os escritores do século XVIII e XIX estavam dominados pela ideia de progresso, isto é, pela melhoria evolutiva dos modos e costumes da rudeza para a cortesia, da selvageria para a civilização. E o método de investigação que elaboraram o método comparativo, foi principalmente utilizado para reconstruir o hipotético curso deste desenvolvimento. Pois, os primeiros antropólogos logo que a antropologia se tornou uma ciência autônoma, se ocupavam de sociedades primitivas em que não existe documentação histórica e de estudarem em regra problemas sincrônicos, enquanto os historiadores investigam problemas diacrônicos (EVANS-PRITCHARD, 1978:101). Como acontecia com os primeiros viajantes que aqui vieram para a Amazônia.

I. Processo de modernização na Amazônia ou redescoberta da Amazônia

A ideia de atrasado ainda perdura em nossa sociedade, e

programas de modernização vão sendo criados para que se chegue a um modelo ideal de civilidade e modernidade. O programa Luz para Todos afigura-se como uma possível passagem do atrasado para o moderno e desenvolvido, na qual os camponeses poderão desfrutar dos mesmos “confortos” que a cidade proporciona melhorar o acesso a políticas públicas, a novos meios de informação e poderá também aumentar sua renda.

Na história mais recente da região verifica-se que, a partir da década de 60 do século XX, o governo brasileiro criou a chamada “operação Amazônia”, um conjunto de políticas públicas de intervenção governamental que visou atingir dois objetivos específicos no processo de desenvolvimento regional: uma opção econômica e outra geopolítica, dentro do binômio segurança e desenvolvimento nacional (MAHAR, 1978; OLIVEIRA, 1991). Já no início da década de 1970, o Estado brasileiro definiu novas estratégias de desenvolvimento baseadas na integração nacional e no planejamento territorial centralizado. Em 1972 foi criada a ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A) pela Lei 5.824, de 14/11/1972, como empresa regional controlada pela ELETROBRÁS, o que viabilizou a realização de estudos hidroenergéticos e o planejamento e execução de grandes empreendimentos hidrelétricos com enormes impactos econômicos, sociais e ambientais. Essa fase desenvolvimentista representou o desestímulo à exploração extrativista florestal, para que agricultura, pecuária e megaprojetos minerais e madeireiros fossem incrementadas na região (PINTO, 1980). Os resultados mais notórios dessas políticas foram a desordenada agressão ao meio ambiente e o acirramento dos conflitos pela posse da terra na Amazônia (MARTINS, 1980).

Esta visão de “desenvolvimento” resultou em intenso conflito com populações extrativistas (não indígenas) da região, especialmente com populações de seringueiros no Acre (SILVA, 2003; PAULA E SILVA, 2006). O Estado de Acre é o lugar de nascimento do movimento de seringueiros, que foi um dos

primeiro movimento de trabalhadores rurais no Brasil a contestar esta visão predatória de desenvolvimento da região e advogar a conservação de florestas e seus modos de vida tradicionais, propondo o modelo de Reservas Extrativistas como uma *âncora ambiental* e, ao mesmo tempo, consolidar-se como alternativa econômico-produtiva às populações tradicionais da Amazônia (CAVALCANTI, 2002). Conseguindo superar aquele cenário de exploração que os seringueiros estavam submetidos narrados também por Euclides da Cunha em sua visita ao Acre (CUNHA, 1999). Populações extrativistas no Estado Pará têm aderido a este modelo como uma estratégia de garantia de acesso à terra e manutenção de seu modo de reprodução social; hoje o Estado do Pará tem grandes áreas territoriais definidas como Reservas Extrativistas.

Nas pequenas unidades de produção, seja no assentamento ou em outras pequenas propriedades, a característica fundamental da agricultura familiar/camponesa é a utilização do trabalho da família como uma de suas características mais significativas, onde a relação social de produção é a familiar (Lisanil da Conceição Patrocínio PEREIRA, 2009). Contudo não é a única no modelo camponês, podendo coexistir a ajuda mútua e o trabalho assalariado.

O camponês, como uma organização inserida no capital, vê-se cada vez mais comprimido nos limites da luta pela sobrevivência, para produzir a própria subsistência e o excedente (quando há) para o mercado. É comum o camponês impor a si e aos outros membros de sua família, uma carga horária de trabalho diário, uma jornada semanal de trabalho intensa, e desde muito cedo os filhos começam a ajudar no trabalho agrícola familiar (PEREIRA, 2009).

O Programa “Luz para Todos” tem como principal objetivo levar energia elétrica a zona rural, tirando do relativo “atraso” que essas populações se encontram, proporcionando eventuais transformações dos meios de vida rural motivadas pela eletrificação facilitando o acesso a programas sociais do Governo

Federal contribuindo para a fixação do homem no campo (MME, 2009).

Políticas anteriores (SPVEA, SUDAM e Operação Amazônica) ao programa Luz para Todos visavam mais a exploração dos recursos naturais e do potencial econômico, político e fundiário da região, do que melhorar a condição de vida dessas populações. Recentes políticas do Governo Federal tentam não apenas modernizar ainda mais o setor do *Agrobusiness*, mas também dar condições aos pequenos produtores para que permaneçam no campo e melhorem suas condições produtivas e socioeconômicas, diminuindo assim o processo de êxodo rural.

O Programa Federal “Luz Para Todos” e a iniciativa do INDALMA com a micro hidrelétrica é uma das políticas recentes de fortalecimento do campesinato baseados no trabalho de “grupos domésticos” (Jack GOODY, 1958). Dentro desse contexto, Ignacy SACHS (2001) afirma que a agricultura familiar afigura-se como uma peça-chave, embora não exclusiva, do desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local, com unidade territorial no município ou eventualmente consórcios de municípios. Nesse sentido, pode se falar, em pleno século XXI, que uma das marcas da nossa sociedade é a crescente valorização de populações antes consideradas pouco relevantes, residuais ou avessa ao progresso, o que se reflete nos novos espaços de reconhecimento conquistados pelo campesinato. Porém, não se trata do mesmo camponês e nem das mesmas questões. Trata-se de populações “excluídas” das potenciais atrações que a cidade exerce. Porém, hoje as exigências por qualificação do mercado de trabalho é muito maior do que na época do surgimento das primeiras indústrias e da grande oferta de empregos nas cidades, como também pela modernização da produção agrícola nos grandes latifúndios.

Como afirma SACHS (2001), há uma crescente valorização da agricultura familiar e, que essa valorização é uma das marcas do século XXI. O programa “Luz para Todos” e a experiência do INDALMA a partir de micro hidrelétrica,

apresenta-se como uma importante política para melhorar a condição de vida dessas populações e dar-lhes possibilidade de fixa-se em seu território e resistir contra os grandes latifúndios. Além disso, busca colocar o campo em dia com o padrão de progresso das cidades tirando-as do relativo isolamento através das inovações tecnológicas. Pensando a ideia etnocêntrica de "atraso" e "primitivismo" e a ausência de luz como uma imposição disso, e a luz elétrica como uma espécie de signo do moderno e do ideal a se chegar. Porém, os projetos modernizadores levam certa dignidade e humanizam o outro.

Por exemplo, passaria a haver possibilidade de uso de aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, além de equipamentos e máquinas agrícolas para otimizar a produção e propiciar aumento da renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dessas populações. Ainda sob esse enfoque, tal discurso trata o programa como uma forma de diminuir o êxodo rural e também, quem sabe, trazer de volta para o campo aqueles que migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida (MME – Ministério das Minas e Energia, 2009). A ideia de voltar está sempre presente pelos os imigrantes (Abdelmalek SAYAD, 1998).

II. Campo e modernidade

Essa relação do campo com essas políticas públicas de modernização do campo (Luz para Todos; Luz no Campo; políticas de planejamento regional como SPVEA e SUDAM) tem afetado sua relação com a produção e com a terra. O campo tem se apropriado dessa modernização e isso fica claro nos grandes latifúndios, onde máquinas substituem homens e aumentam enormemente a produção, expulsando o homem do campo, das propriedades familiares, que se torna funcionário dos grandes produtores rurais. O desenvolvimento do capitalismo e a industrialização da agricultura desencadeiam a urbanização do

campo (CARNEIRO; RÊGO FILHO sd). Essas inovações tecnológicas tiram o rural do relativo isolamento e o aproximam de novos temas, em especial da importância das questões ambientais. E assim, ocorre uma recriação do campo a partir desse processo de modernização.

Segundo Sérgio SAUER (2010):

A modernidade – que historicamente tem conceito relacional identificado com a cidade – produz representações sociais e valores que perpassam os itinerários de vida e influenciam a reconstrução da identidade das pessoas que lutam pelo acesso à terra. Os processos sociais possibilitam, no entanto, releituras e re-apropriações destes valores, criando oportunidades e perspectivas de vida que se diferenciam do “modo de vida de cada um” (SAUER, 2010).

Segundo Jose Elida VEIGA (2004) o debate sobre a superação da chamada “dicotomia urbano-rural” continua a opor, em seus extremos, a hipótese de completa urbanização, lançada pelo filósofo e sociólogo Henri LEFEBVRE (1970), à hipótese de um renascimento rural, contraposta pelo geógrafo e sociólogo Bernard KAYSER (1972). Passados mais de trinta anos, será possível saber qual dessas duas hipóteses extremas está sendo confirmada pela atual fase do processo de globalização? O campo visto como da tradição e, por isso, do atraso, contraposto ao outro espaço, o lugar da liberdade, da novidade e, por isso, do progresso.

De acordo com as palavras do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, na apresentação da cartilha # *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*: “O país não pode permitir que parte significativa de seus habitantes seja excluída do processo global de acesso a bens, serviços e oportunidades de desenvolvimento por conta do local em que nasceram ou escolheram para viver” (Antônio Nazareno Almada de SOUZA, sd). Porém, a maioria desses moradores vive na Amazônia, seja em pequenas comunidades, vilas ou ainda dispersos ao longo de rios e igarapés, onde não dispõe de energia elétrica.

Em Melgaço, quando a energia elétrica era através de um gerador,

nessa época tinha o chamado sinal da luz que ocorria da seguinte maneira: o motorista se dirigia até o local onde ficava o motor, desligava a chave elétrica por pelo menos 30 a 60 segundos, depois ligava novamente, voltando a energia normal. Isto para que as pessoas pudessem saber que já estava próximo de apagar a luz, pois poucas pessoas possuíam relógio. Outro fator importante era que os jovens que estavam pelas ruas voltaram para as suas casas antes da luz apagar, pois muitos acreditavam na existência de lobisomem, matitaperera, mula-sem-cabeça e outras coisas mais (Agenor Sarraf PACHECO, 2006:102).

Segundo PACHECO (2006) crença em seres invisíveis da floresta era muito intensa. Pois o mistério da escuridão despertava, aguçava e alimentava o imaginário dessas pessoas. A falta de energia e o pouco movimento que havia na cidade

demonstra a relação dos moradores com os seres da floresta, que foram desaparecendo daquele espaço à proporção que o lugar foi sendo iluminado, ganhando caracteres urbanos. Como no depoimento de uma moradora: (...) papai via muitas visagens, nessas alturas tinha muita visagem depois foi movimentando e as visagens foram sumindo (...) (*Idem*, 2006:103).

A chegada da luz desmistifica ou simplesmente alguns mitos desaparecem, a partir daí o imaginário desmistifica, se reconstrói anulando algumas superstições e criando, talvez, outras novas. Com a súbita expansão do rádio, cinema e da televisão levou a crer que substituíssem as tradições, as crenças e solidariedades históricas por novas formas de controle social (MARTIN-BARBERO, 1997). Pois, o traço mais característico da consciência moderna é sua enorme variedade (GEERTZ, 1983:240).

III. O Programa Luz Para Todos como vetor de desenvolvimento econômico e social

O PLT (Programa Luz para Todos) visando o combate à fome e à pobreza em áreas rurais tem a energia como vetor de desenvolvimento econômico e social. Partindo do pressuposto de que a energia elétrica proporcionará a utilização de máquinas elétricas que aperfeiçoarão as atividades no campo, aumentará sua produção e facilitará à vida dos camponeses, a mesma poderá trazer alguns confortos que só a eletricidade pode proporcionar.

Sem esse incremento de inclusão social e produtiva o produtor não tem como organizar sua produção de modo capitalista segundo a racionalidade do capital. O capital só entra e só se configura onde sua racionalidade é possível (José de Souza MARTINS, 1997). Ainda assim, é lúcido lembrar que apenas a chegada da energia elétrica não será suficiente para a melhoria das condições de vida dessas famílias, pois, nem sempre elas têm

recursos suficientes para poder adquirir equipamentos e, assim, poder otimizar a sua produção, haja visto, que algumas nem se quer tem como escoar as suas mercadorias por falta de ramais e estradas.

Por outro lado, uma parcela significativa da agricultura familiar já é, ou poderá ser economicamente viável se for devidamente consolidada por políticas pública de incentivo ao crédito, extensão rural, pesquisa tecnológica e acesso aos mercados. Aliás, a permanência da agricultura familiar é um fenômeno observado em todos os países, tanto os mais desenvolvidos quanto os do leste Europeu (SACHS, 2001).

Dentro dessa abordagem social Sachs (2001) ressalta:

Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Além de que, nas condições brasileiras, nas quais, como já mencionamos, um décimo da população passa ainda fome, a meta da segurança alimentar continua bem atual (SACHS, 2001).

Sir James George Frazer (1978) no prefácio do livro *argonautas do pacífico*, fala sobre a importância das forças econômicas que:

não precisamos refletir muito para nos convenceremos de que as forças econômicas são de suma importância em todos os estagios do desenvolvimento humano, do mais humilde ao mais elevado. A espécie humana, afinal, é parte integrante do mundo animal e, como os outros animais, precisa de um alicerce material ao qual pode sobrepor uma vida melhor – intelectual, moral e social; sem esse alicerce, esta superestrutura é impossível. A fundamentação material, que consiste na necessidade do alimento e em certo grau de calor e proteção contra os elementos, forma a base econômica ou industrial e constitui condição necessária da vida humana. Acredito que, se agora os antropólogos indevidamente negligenciaram esse aspecto, foi porque eles foram atraídos por aspectos mais elevados da natureza humana – e não porque deliberadamente ignoraram ou subestimaram a importância e necessidade de um aspecto mais básico (MALINOWSKI, 1978:5).

A segurança alimentar é um tema que não pode passar batido nos estudos de populações tradicionais, pois é um aspecto da natureza humana que não pode ser ignorado, é uma característica de necessidade básica do ser humano e de dos animais em geral. Principalmente quando se fala da agricultura familiar que é tão desprezada ainda no Brasil.

Ainda hoje, no Brasil, há uma descrença das elites brasileiras com a agricultura familiar, principalmente na viabilidade econômica e na capacidade inovadora das sociedades rurais (SACHS, 2001).

Por isso, é importante levar não só a luz elétrica a essas famílias, mas também, investir em créditos e em infra-estrutura para que, assim, eles possam aumentar a sua produção e vendê-

las, consolidando o Programa Luz Para Todos como um vetor de desenvolvimento econômico.

IV. Tempo histórico e tempo cronológico

A dicotomia entre “luz” e “escuridão”, também foram usados pelos os filósofos iluministas, para poder sair das trevas, da escuridão a idade média. Ou seja, queriam romper com tudo que significasse ou tivesse haver com a idade média que era sinônimo de atrasado. Assim, ficarem a luz da razão, sair das trevas, das superstições e da ignorância e criar o novo através da razão (AQUINO, 1983). Essa ideia entre luz e escuridão, atrasado e moderno foi também usado pelo governo como pode se ver nessa frase “Programa Luz Para Todos: um marco histórico de 10 milhões de brasileiros saiu da escuridão” (MME, 2009), para assim, causar um maior impacto político.

As famílias camponesas passam por um rearranjo de relações com o seu lugar. Nesse campo de relações se configura uma nova paisagem, um novo tempo, na qual a escuridão da noite antes vencida nas casas com a lamparina, e agora a eletricidade chega para “iluminar” essas famílias e tirá-las da “escuridão”. Com a difusão dos meios da informação interligados em redes, aumentam também as conexões culturais.

Com intervenções da modernidade, o campo sofreu uma mudança de paradigma. Como o muro de Berlim que não resistiu à pressão capitalista a sua volta, o campo não ficou imune às transformações da cidade e, com o Programa Luz Para Todos e a chegada da luz elétrica tem sido a queda do muro da “escuridão”, do atraso e do isolamento. Mas, distinguir os benefícios e as consequências disso, só o tempo dirá, pois, onde o campo se caracterizava como uma ilha da tradição, ainda imune a algumas mazelas da cidade é, agora, engolido pela modernização e o progresso, dentro de um contexto de “florestas urbanizadas”.

Nesse sentido, o urbano representaria relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural refletiria uma vinculação local mais intensa (Auner CARNEIRO; Luiz de M. RÊGO FILHO⁴).

Dentro dessa contextualização, as famílias têm acesso a outras culturas por meio dos meios de comunicação, novas realidades serão construídas e novos mundos serão conhecidos. Nestor CANCLINI (2005:16), os estudos comunicacionais consideram, quase sempre, que ter cultura é estar conectado. Por conseguinte, a identidade finca-se no território a cada passo, com novas relações sociais e com a chegada da luz elétrica. O saber do camponês se multiplica. A Identidade se refunda. Novos saberes constituem novos poderes.

Novas tecnologias, novas aspirações e novos tempos na paisagem rural trazem consigo uma série de indagações de pesquisas ainda pouco exploradas no meio rural amazônico. A proposta deste artigo é um esforço nesta direção e poderá “iluminar” várias perguntas levantadas a partir destes dois modelos de modernização via eletrificação rural no Estado do Pará. Além de seu mérito acadêmico, traz também o potencial de informar políticas públicas direcionadas para a região.

V. Tradição e modernidade no campo

A dicotomia entre campo e modernidade ainda é atual. Em meados do século XIX o marxismo divulgava: “A oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da localidade à nação e persiste através de toda história da civilização até nossos

4 Disponível em:

<http://www.fdc.br/Artigos/..Arquivos\Artigos\3\DesenvolvimentoMunicipalRegional.pdf> Acessado em 25/07/2010.

dias”, (Marx; Engels, 2005:83), coloca como um sendo o espaço da comunidade, da tradição e por isso do atraso e o outro como o lugar da liberdade, da novidade e por isso do progresso. No Acre, diferente dessa conclusão do marxismo, há uma luta pela construção e unidade de uma nova identidade com cidadania no campo - os “povos da floresta.” Especialmente na última década, o Acre vem passando por processo de reconfiguração de conceitos e visões de desenvolvimento local, buscando achar maior sinergia entre percepções e identidade da sua população do meio urbano e rural. Uma dessas visões que buscam aproximar o rural com o urbano é o conceito de florestania – dar condições de cidadão a população rural, com benefícios e serviços similares a população urbana. Porém, análises de como isto está sendo absorvida por ambos grupos populacionais ainda são muito vagas, não permitindo uma discussão da concretização deste conceito.

Para Carneiro e Rêgo Filho,

Historicamente, tanto na geografia como na sociologia tem predominado a adoção do enfoque dicotômico. A ambiguidade acima referida se encontra na origem mesmo do conhecimento sociológico e expressa a influência simultânea do conservadorismo e do cientificismo. Esta crise é marcada por um conjunto de transformações sociais relacionadas à intensa migração do campo para a cidade e conseqüente esvaziamento do campo, além da invasão deste pelas cidades. Assim, a sociologia rural reproduz a ambiguidade fundamental da sociologia e surge como conhecimento instrumental voltado para a superação do atraso do campo (CARNEIRO; RÉGO FILHO).

Segundo Michel Maffesoli (2004), o lugar faz o elo entre várias tribos e, no meio rural com o Programa Luz Para Todos através da TV faz o elo com outro mundo - uma nova realidade que muitas vezes é distante da realidade e do mundo em que vivem e conhecem. A televisão a cabo e as redes de internet falam línguas múltiplas dentro de nossas casas (CANCLINI, 2005:17). Esse elo proporciona um achar do outro e de outra realidade. Ainda Canclini, os processos culturais de globalização exigem transcender o alcance nacional ou étnico do termo a fim de abarcar as relações interculturais (CANCLINI, 200:48). Com esses encontros, sempre se acrescenta algo ao outro, tendo uma troca de vivências que nem sempre são da mesma intensidade. Mesmo sem definir essa linha fronteira que os define, essa frente de expansão ideológico-espacial já se expande indiretamente. E, Raffestin corrobora com a assertiva de Virgílio (1984), quando este afirma que:

O espaço não está mais na geografia – está na eletrônica. (...) está no tempo instantâneo dos postos de comando, nos quartéis-generais das multinacionais, nas torres de controle, etc. A política está menos no espaço físico do que nos sistemas temporais administrados por várias tecnologias, das telecomunicações aos aviões, passando pelo o TGV, etc. (...) A unidade não é mais uma unidade espacial. (RAFFESTIN, 1986 apud HAESBAERT, 1997:33).

O campo vive em um tempo histórico diferente das cidades, principalmente os que moram afastados das rodovias onde passa o “progresso” e as informações. Com a chegada da energia elétrica se configura uma nova forma de colocar essas famílias mais afastadas no mesmo tempo “histórico” das cidades, ou mesmo, o mais próximo possível. Carneiro e Rêgo Filho

defende que, o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (CARNEIRO; RÊGO FILHO).

O encontro na zona de fronteira entre o tradicional e do moderno, em tempos históricos distintos, produz uma relação de reconstrução da contemporaneidade e novas formas de territorialidade. Na sociedade contemporânea essa territorialidade seria “menos” “especializada que temporalizada” porque é ela comandada pela modernidade na qual, no dizer de Baudrillard, ‘a moda é o emblema’. Ora, a modernidade se elabora somente naqueles lugares que dispõe de meios para a difusão ultra-rápida. “O território concreto tornou-se menos significativo que o território informacional em matéria de territorialidade” (RAFFESTIN, 1986 apud HAESBAERT, 1997:32).

Dessa forma, dar-se acesso a modernidade e os recursos tecnológicos, com o propósito de colocar o campo em dia com o progresso das cidades. Simultaneamente, o fato da expansão das infraestruturas e dos equipamentos de apoio à qualidade de vida dos cidadãos serem muito mais rápidas nas aglomerações urbanas reforça o papel das cidades como polos de prestação de serviços pessoais e sociais. A industrialização da agricultura, articuladamente visível a partir do final da Segunda Guerra Mundial, veio introduzir uma nova inflexão importante, ao fraturar o mundo rural em duas realidades bem distintas: o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional. Começa, assim, a ganhar consistência uma nova dicotomia pós-rural/urbano, que valoriza antes a oposição existente entre um mundo moderno (que pode ser urbano-industrial ou rural) e um mundo arcaico - predominantemente rural (CARNEIRO; RÊGO FILHO).

Conclusão

A ideia etnocêntrica de progresso, de constante evolução parece fazer parte já da cultura do ser humano. Hoje em dia tá ganhando muita atenção a etnodesenvolvimento. A ideia de etnodesenvolvimento recoloca acento no controle político desde e sobre o local a partir de pressupostos culturalmente diferenciados, relacionando-se com uma noção mais totalizante e abrangente do que sejam as condições de vida, não sendo apreensível pelos índices usuais de medição do desenvolvimento “... PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc” (SOUZA LIMA; BARROSO-HOFFMANN, sd). Não se limita a condições e melhorias econômicas, mas supõe educação e manejo de conhecimentos técnicos das populações tradicionais, acesso ao bem-estar e à saúde nos termos próprios, e a sua valorização cultural. Um desenvolvimento que leva em conta a cultura e o modo de vida das populações.

Hoje em dia, apesar de agricultura familiar ser taxada como atrasada, configuram-se como uma alternativa para o desenvolvimento integrado e sustentável, em escala local. Acredita-se que possuem um baixo impacto ambiental além da questão social, pois mais pessoas estariam trabalhando e sobrevivendo do seu trabalho que, antes consideradas pouco relevantes, residuais ou avessas ao progresso, o que se reflete nos novos espaços de reconhecimento conquistados pelo campesinato (SACHS, 2001). O Programa Luz para Todos tem como objetivo inserirem no mercado, aumentar sua produção, facilitar o acesso a políticas públicas e se conectar com novos meios de informação.

As mudanças no cenário sociocultural são as mais visíveis em curto prazo, pois seus hábitos são alterados com a inclusão de alguns eletroeletrônicos e eletrodomésticos como a televisão e a geladeira, que agora essas famílias podem mudar sua forma de conservar a comida, além do tomar água gelada e assistir aos programas televisivos e manter-se informado com as notícias nacionais e o que esta acontecendo no mundo, que antes, com o radinho a pilha, ouvia-se apenas as notícias locais e não

tinham muito acesso a outras informações e nem as outros meio de informações ultra-rápida, como a TV.

Colocar essas famílias no mesmo tempo histórico dos grandes centros urbanos e, assim, tirá-las do “atraso” e do isolamento para a modernidade e aquilo que ela proporciona, novas realidades serão construídas e acessadas através dos novos meios de comunicação, as informações chegarão instantaneamente e novos mundos serão conhecidos – será que o conceito de “florestania” poderá ser considerado uma das novas visões de mundo?

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Um tesouro descoberto:** imagens do índio na obra de João Daniel. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 03, nº 05, 1998.

AQUINO, Rubim S. L. de. **História das Sociedades:** Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura.** Lisboa: Edição Livros do Brasil. (1932).

CARNEIRO, Auner P. e RÊGO FILHO, Luiz de M. **Desenvolvimento municipal/regional:** as relações entre o mundo rural e o mundo urbano - legislação, desenvolvimento, dicotomia e superação tecnológica. Disponível em: <<http://www.fdc.br/Artigos/..\Arquivos\Artigos\3\Desenvolvimen toMunicipalRegional.pdf>> Acessado em 25/07/2010.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados.** Editora UFRJ, 2005.

CAVALCANTI, F.C.S. “A Política Ambiental na Amazônia: Um Estudo Sobre as Reservas Extrativistas.” **Tese de Doutorado,** Universidade de Campinas-UNICAMP. (2002).

CUNHA, Euclides. Terra sem história. In: **À margem da História.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- DANIEL, João (1722-1776). Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas. V.2. Rio de Janeiro: **Contraponto**, 2004.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. **Antropologia social**. São Paulo: Edições 70. 1978.
- GEERTZ, Clifford. **Saber local**. Novos ensaios em antropologia interpretativa. São Paulo, Editora Vozes. 2000.
- GOODY, Jack. **The developmental cycle of domestic groups**. Cambridge: Cambridge, 1958.
- HAESBAERT, Rogério. **Dês-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói, RJ. Editora EDUFF, 1997.
- KUPER, Adam. “Malinowski”, in **Antropólogos e antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- MAFFESOLI, Michel. **Notas sobre a Pós-Modernidade – o lugar faz o elo** Ed. Atlântica Editora, 1ª Ed. 2004.
- MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia - uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 1978. il Cultura, Coleção os Pensadores, 1978.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. 2ª edição. São Paulo: Ab
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª ed. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: A questão Política no Campo**. São Paulo, Hucitec. 1980.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia Alemã**. 3ª ed São Paulo-SP: Martin Claret, 2005.
- MME. Ministério de Minas e Energia. **PROGRAMA LUZ PARA TODOS: um marco histórico 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão**. Ministério de Minas e Energia – governo do Brasil (2009).
- OLIVEIRA, A. U. **Integrar Para Não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas,SP, Papirus. 1991.

- PACHECO, Agenor Sarraf. . À MARGEM DOS MARAJÓS: Cotidiano, Memórias e Imagens da "Cidade-Floresta" **Melgaço-Pa**. 1ª. ed. BELÉM-PA: PAKA-TATU, 2006. v. 01. 303 p.
- PAULA, E. A., SILVA, S. S. (Eds.). **Trajетórias da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana** (Trajectories of the Peasant Struggle in Acrean Amazonia). EDUFAC, Rio Branco, Acre. 2006.
- PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. A agricultura camponesa em Mato Grosso o (des) envolvimento sustentável. XIX encontro nacional de geografia agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-21.
- PINTO, L. F. **Amazônia**: no rastro do saque. São Paulo, Hucitec. 1980.
- SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**. vol.15 n. 43 São Paulo Sept./Dec. 2001
- SARUER, Sérgio. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010
- SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.
- SILVA, S. S. **Na Fronteira Agropecuária Acreana**. LEUPAG-DEGEO/UFAC, Rio Branco, Acre. 2003.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria & Peres, Sidnei Clemente. **Notas sobre os Antecedentes Históricos das Idéias de “Etnodesenvolvimento” e de “Acesso de Indígenas ao Ensino Superior” no Brasil**. LACED/Museu Nacional, UFRJ. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/artigos/arquivos/Texto_Etnodesenvolvimento_e_Ensino_Superior_Indigenas.pdf> Acessado em 10/05/2012
- SOUZA, Antonio Nazareno Almada de. **A luz da integração**. SD <http://www.integraregio.integracao.gov.br/file.php/1/Biblioteca/Premio_Nacional_do_Developimento_Regional_Homenagem_a_Celso_Furtado/Categoria_II_Praticas_Exitosas_de_Producao_e_Gestao_Institucional/Trabalhos_Elegiveis/N.032_Cod000573-a_luz_da_integracao-2.pdf> Acessado em 25/07/2010

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens míticas: A Amazônia no imaginário Europeu do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary e Gomes, Flávio (orgs.). **Os senhores dos rios: Amazônia, Margens e História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VEIGA, Jose Elida. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados – vol.18 n°. 51 – São Paulo Maio/Agosto, 2004. ISSN 0103-4014.